

Cabral (com Euclides Scalco) deixa para sexta-feira o substitutivo que deveria entregar hoje

Projeto de Cabral atrasa 3 dias

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, exigiu, e conseguiu, mais três dias para apresentar o seu segundo e definitivo substitutivo ao anteprojeto de Constituição. Previsto para ser entregue hoje, o documento só será conhecido na sexta-feira. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, justificou a medida dizendo que recebeu diversos apelos, inclusive do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos.

Bernardo Cabral argumentou que é preciso negociar o sistema de governo antes de fechar a questão no substitutivo. Esta é também a tese de Ulysses Guimarães, para quem,

"quanto melhor sair o substitutivo, mais fácil será a sua tramitação, ganhando-se tempo em plenário". Na prática, porém, a nova alteração no cronograma da Constituinte vai retardar ainda mais a data de promulgação da futura Constituição. Segundo os cálculos da secretaria-geral da Mesa da Constituinte, somente por volta do dia 15 de outubro o substitutivo estará no plenário para votação em primeiro turno. Justamente um mês antes da data que Ulysses pretende para a promulgação da Carta.

Pelo novo cronograma, sujeito a alterações ao sabor das negociações partidárias, as etapas da Constituinte são as seguintes: até a meia-noite, de sexta-feira Cabral entregará seu

substitutivo; sábado e domingo haverá a publicação e divulgação dos avulsos; dias 21 e 22, apresentação de pedidos de votação em destaque.

Dia 23, organização dos destaques, para conhecimento dos líderes e constituintes; de 24 de setembro a 8 de outubro, votação do substitutivo e dos destaques no plenário da Sistematização; dias 9 e 10 de outubro, redação do texto final do substitutivo resultante da votação na Sistematização; dias 10 e 11, publicação e distribuição dos avulsos; dias 12 e 13, apresentação dos destaques para votação no plenário da Constituinte; dia 14, conhecimento dos destaques pelos líderes e constituintes; dia 15 de outubro, início da votação no plenário, sem prazo para terminar.

'Consenso' do presidente exclui parlamentarismo

"Não serei empecilho à negociação a partir de uma fórmula consensual." A frase do presidente Sarney, segundo afirmou ontem o porta-voz Frota Neto, significa que ele está disposto a negociar a forma de governo — presidencialismo ou parlamentarismo — com apenas uma proposta em jogo. Sarney, no entanto, está convencido de que somente se chegará ao "consenso" a partir de uma emenda presidencialista, de acordo com o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que ontem esteve com o presidente.

O consenso, ao contrário do que deseja Sarney, já existe e pende para o lado do parlamentarismo. A base do entendimento, revelou o senador Fernando Henrique Cardoso, líder peemedebista no Senado, é a emenda do também senador Nelson Carneiro (RJ), que institui o sistema parlamentarista gradualmente, e plenamente apenas em 1990. Por sua proposta, o presidencialismo conviveria com o parlamentarismo até essa data, mas o presidente da República — o próprio Sarney, com mandato de seis anos — continuaria como chefe do Executivo.

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, confirmou que os peemedebistas estão mais próximos do consenso parlamentarista, mas disse compreender o receio do Palácio do Planalto com a implantação desse sistema. O governo não quer ser acusado no futuro de ter deixado para

seu sucessor instabilidade institucional, desde que o parlamentarismo adotado não se instale com toda a segurança.

E por esse motivo, pela resistência do governo ao novo modelo, segundo Fernando Henrique Cardoso, que têm sido tão constantes as consultas ao presidente José Sarney sobre o assunto. O senador paulista observou que, se o presidente não concordar com as condições do sistema a ser adotado, tudo ficará mais difícil. O líder peemedebista admitiu existir o temor de que, ao discordar da implantação do parlamentarismo — mesmo que sob a fórmula de consenso —, Sarney possa dificultar o seu funcionamento.

O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto — que, assim como Expedito Machado, esteve com Sarney —, garantiu que o presidente ainda não se definiu por uma proposta de presidencialismo, nem mesmo pela de Teodoro Mendes, que mais bem resumiria os seus desejos. Costa Couto afirmou que Sarney estaria disposto a negociar uma proposta mista, que mantivesse o Congresso fortalecido, como na emenda de Teodoro Mendes.

O deputado cearense ouviu Sarney dizer que não acredita em nenhuma das fórmulas parlamentaristas até agora apresentadas, além de identificar como único atrativo para os parlamentaristas o fortalecimento do Congresso, dando-lhe o poder de demitir ministros, através da moção

de censura. O Planalto não quer o "assembleísmo" — termo usado por Sarney para denominar o conjunto de propostas de regime parlamentar —, mas sim uma proposta de sistema de governo que indique claramente quem tomará as decisões no País e enfoque a relação da sociedade com os futuros governantes.

A PROPOSTA DE CARNEIRO

Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Bernardo Cabral confirmaram o consenso em torno da emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que atenderia o pedido do presidente Sarney de não ser instalado imediatamente o regime parlamentarista e atenderia à pretensão "maloria" da Constituinte, instalando-o daqui a dois anos. Pela proposta, o parlamentarismo constaria do texto permanente e nas "disposições transitórias" entraria sua adoção gradual. O mandato do presidente Sarney continuaria, como na atual Constituição, em seis anos. Carneiro propõe que no primeiro ano — 1988 — o primeiro-ministro seja nomeado pelo presidente da República, com ou sem a aprovação da Câmara dos Deputados, o que ainda não foi definido. Em 1989, somente com os votos de dois terços da Câmara o Ministério seria derrubado — no primeiro ano, os deputados não teriam esse poder, ao mesmo tempo que o presidente não poderia dissolver a Câmara. Só um ano depois, 1990, o sistema parlamentarista entraria em vigor completamente.

Cofres vazios, o receio do Planalto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney está recomendando a todas as lideranças da Aliança Democrática no Congresso Nacional que procurem negociar na Assembléia Nacional Constituinte modelos mais racionais de transferência de recursos da União para os estados e municípios. O presidente está muito preocupado com os rumos tomados pelo novo projeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que garante a transferência de 46% da arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IR (Imposto de Renda), contra os atuais cerca de 30%.

Para o presidente José Sarney, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, não é possível transferir mais recursos para os estados e municípios sem que a aplicação de verbas se faça acompanhar também da transferência de encargos. Do contrário, entende o presidente, será criada uma situação de estrangulamento do governo federal, que esbarará na escassez absoluta de recursos para atuar na área de serviços básicos, notadamente em educação e saúde.

O presidente Sarney concorda com a idéia de se transferir mais recursos para as administrações estaduais e municipais. Isso, contudo, deve ser feito mediante um novo roteio também dos encargos, muitos dos quais podem ser executados pelos governos locais com maior eficiência e a custos menores.

Municípios abrem congresso hoje

O governador Orestes Quércia abre hoje, às 12 horas, no parque balneario de Ubatuba, o 31º Congresso Estadual de Municípios. O encontro, que se estenderá até o dia 18, tem por objetivo avaliar e discutir as propostas do substitutivo do relator Bernardo Cabral em relação à reforma tributária e à sucessão municipal.

Segundo o secretário do Trabalho e presidente da Associação paulista de municípios, Lincoln Magalhães, várias propostas sobre critérios de sucessão municipal deverão ser discutidas, mas a municipal prevê que seja incluída na futura Constituição a reeleição de prefeitos em 88. Lincoln se diz "totalmente contra a prorrogação de mandatos", dizendo que a reeleição é um "critério democrático que deveria fazer parte da Carta Magna".

Para o presidente da APM, não tem sentido a justificativa das pessoas contrárias à reeleição, que alegam ter o candidato nessas condições a máquina administrativa nas mãos para fazer campanha. Segundo ele, "qualquer representatividade pública pode ajudar a eleger um prefeito ou um governador, mesmo não sendo candidato".

O tema central do encontro, que reunirá prefeitos e vereadores de todo o Estado, além de secretários estaduais, é "O militante político: a política, o trabalhador e a Constituinte". Nos painéis serão discutidos a reforma urbana e transporte coletivo, a carteira parlamentar, habitação e sistema tributário municipal.

Aureliano prefere o presidencialismo

Se depender dos conselhos do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, o presidente José Sarney manterá até o fim a defesa do sistema presidencialista de governo. Ontem, em São Paulo, o ministro defendeu enfaticamente o presidencialismo, considerando-o inerente à "indole e à história do povo brasileiro", e garantiu que, se for consultado, será este o conselho que dará a Sarney.

Aureliano Chaves veio a São Paulo para uma visita "exclusivamente técnica", conforme explicou na sede da Comgás. Ele esteve de manhã com o governador Orestes Quércia no Palácio dos Bandeirantes para tratar de questões relacionadas à energia elétrica e à tarde, em uma longa reunião, serviu de mediador entre a Petrobrás e a Comgás, que disputam a distribuição do gás natural em São Paulo. Participaram da reunião, além de Aureliano, o presidente da Petrobrás Osires Silva, o presidente da estatal paulista, Roque Citadini e o secretário de Obras, João Leiva.

O ministro negou que a visita tivesse caráter político, mas pretende avistar-se com representantes do PFL paulista, desde que procurado. "Não estou aqui para continuar as negociações do senador Marco Maciel", afirmou. Antes de retornar a Brasília, hoje, ele deve visitar no Incor o senador Mário Covas, de quem foi colega de faculdade, e o publicitário Mauro Salles, seu "velho amigo".

SUSTAÇÃO DE PROTESTO

Não se deixe extorquir. Reaja.
Rua Major Quadinho, 111 - 4º and. - cj. 410.
(011) 231-4174 - 259-6817.